

A Idéia de Desenvolvimento e os Desafios da Política Industrial e de Inovação no Brasil

Ignacio Godinho Delgado*

Resumo

A comunicação discorre sobre o curso da idéia de desenvolvimento no Brasil e reflete sobre a atual política industrial brasileira, com destaque para os dilemas associados às medidas de apoio à inovação tecnológica.

Palavras Chaves – Desenvolvimento, Política Industrial, Inovação Tecnológica

Abstract

The paper discourses about the course of the development idea in Brazil and contemplates on the current Brazilian industrial politics, with prominence for the dilemmas associated to the support measures to the technological innovation.

Key Words – Development, Industrial Policy, Technological Innovation

A idéia de que o Brasil deve buscar sua “modernização” econômica e político-institucional, alcançando os padrões civilizatórios dos países centrais, está associada à “polarização utópica” do pensamento liberal, que emoldura o discurso dos principais protagonistas do processo de ruptura do estatuto colonial (FERNANDES, 1975). Na “imaginação social brasileira” que se segue, este objetivo era vinculado a reformas institucionais que purgassem o Estado, o sistema político e a ordem econômica das seqüelas do passado colonial (SANTOS, 1970). Na agonia da economia agroexportadora e do regime oligárquico ele vai ser associado à industrialização, conforme anunciado por Matarazzo e Simonsen, ao identificarem “uma absoluta correlação entre os fins alvejados pelos industriais e os verdadeiros interesses da nação” [uma vez que] “no Brasil não existe vida cara, mas sim ganho insuficiente, porque o índice de produção é baixo em relação à população e extensão do nosso território”.¹

¹ *Professor efetivo do Departamento e do PPG em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, e colaborador no PPG de Ciências Sociais, na mesma instituição. Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/INCT-PPED.

Este trabalho resulta do projeto, em andamento, *Estratégias e Trajetórias: Respostas Nacionais aos Desafios do Desenvolvimento na Nova Ordem Mundial: O caso Brasileiro em Perspectiva Comparada*, apoiado pela **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)**, com participação de Eduardo Condé e Helena da Motta Salles, ambos do Departamento de Ciências Sociais da UFJF, tendo Heitor de Andrade Carvalho Loureiro e Diogo de Carvalho Antunes Silva, como bolsistas.

□ Pela ordem, discurso de Francisco Matarazzo, primeiro presidente do CIESP, na inauguração da entidade em 1928 (*apud* DEAN, 152), e de Roberto Simonsen, vice-presidente do CIESP, no mesmo evento. *Apud* LEME, 1978, 167-168.

Nas décadas seguintes, o nexó entre indústria e a modernização social e política firma-se como a idéia-força da “imaginação social” brasileira. A industrialização era tomada como condição indispensável à consecução de outros objetivos, que se tornam secundários no leito principal da reflexão intelectual do país. Acentua-se, mesmo, a afinidade entre industrialização e “autoritarismo instrumental”², como se evidencia ao final da III República, com a polarização entre diferentes projetos desenvolvimentistas, todos desapegados da ordem democrática, estreitando o espaço para as opções que combinavam modernização econômica e social e democracia (FIGUEIREDO, 1993). Por seu turno, ainda que o Estado brasileiro já fosse dotado de instituições capazes de acolher as modernas políticas sociais, estas são negligenciadas em favor de disputas em torno das reformas na estrutura econômica (MELO, 1991), particularmente a estrutura agrária, de modo a superar os “entraves estruturais” à acumulação industrial no País.

No “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, avultam temas como o desequilíbrio do setor externo, o papel do Estado e do capital estrangeiro, a relação entre estabilização macroeconômica e acumulação industrial e a definição de uma estrutura agrária favorável à consolidação da indústria (BIELSCHOWSKY, 2000). Após Simonsen, a reflexão sobre o desenvolvimento nutriu-se fundamentalmente da elaboração da CEPAL, particularmente de Raul Prebisch, desdobrando-se em percepções diferenciadas nos grandes campos em que se divide a “imaginação social brasileira” entre 1945 e 1964: o **nacional-estatismo** e **internacionalismo liberal**³.

Nas formulações de Simonsen, repercutidas e reelaboradas pelas entidades empresariais, o estrangulamento do setor externo brasileiro deriva do predomínio da agro-exportação, devendo ser enfrentado com a expansão industrial. O planejamento, a imposição do protecionismo, a criação de instrumentos de crédito são considerados essenciais para este intento. A participação do capital estrangeiro é admitida desde que fosse regulamentada e não concorresse com a produção interna. O princípio do “similar nacional” estende-se também ao Estado, do qual se espera proteção, planejamento e financiamento, além de tributos que não afetassem os lucros, para estimular o reinvestimento (SIMONSEN, 1973; LEME, 1978; BIELSCHOWSKY, 2000).

² A noção de Wanderley G. dos Santos designa a contraface pragmática do *liberalismo doutrinário*, sugerindo que o alcance das formas econômicas e políticas *avançadas* exigiria a presença de uma ordem autoritária prévia (SANTOS, 1970)

³ A distinção de Daniel Aarão Reis (2004), exige ressalvas. No campo *internacionalista-liberal* encontravam-se personagens, como Roberto Campos, que, apesar do alinhamento com os EUA e a defesa do capital estrangeiro não rechaçava o Estado e o planejamento.

A idéia chave na formulação cepalina é a deterioração dos termos de intercâmbio presente na relação entre os países periféricos e aqueles que controlam as inovações tecnológicas. A difusão desigual destas conduziria à constituição de estruturas duais nos primeiros, onde apenas o setor exportador assumia feição parcialmente moderna, reiterando o desequilíbrio externo que, ao lado do arcaísmo da estrutura agrária, determinaria a presença estrutural do fenômeno inflacionário. Assim, a industrialização é indicada como necessária à ruptura do desequilíbrio externo, exigindo o planejamento e a reforma agrária (PREBISCH, 1962; BIELSCHOWSKY, 2000).

A CEPAL forneceu o substrato fundamental do desenvolvimentismo, mormente o mais nacionalista. É o caso de Celso Furtado, em sua clássica análise sobre a formação econômica do Brasil e na reflexão sobre o desenvolvimento (FURTADO, 1975 e 1979) No nacionalismo, o Estado é o vetor principal do desenvolvimento, através do *planejamento integral*, da proteção, do financiamento, do investimento para desobstrução dos “pontos de estrangulamento” na infra-estrutura e para assegurar ao país o domínio de setores “estratégicos”. O capital estrangeiro é parceiro, desde que confinado a setores não estratégicos e sujeito a regulamentação que minimize seu impacto para o desequilíbrio externo. A crítica à estrutura fundiária - vista como entrave à dinamização do mercado interno e ao controle da inflação - e à concentração de renda aparece, ainda, com incidência crescente no nacionalismo desenvolvimentista, aproximando-o das posições que viam um limite estrutural à continuidade do capitalismo no Brasil, sem amplas reformas que garantissem sua consolidação auto-sustentada, sob liderança da empresa nacional e do Estado (BIELSCHOWSKY, 2000).

A associação entre industrialização e modernização, não era, contudo, exclusiva do nacionalismo. No campo **internacionalista liberal** - além dos liberais, como Eugênio Gudin - forjou-se uma corrente “desenvolvimentista não nacionalista” (BIELSCHOWSKY, 2000), representada, principalmente, por Roberto Campos, que associa o estrangulamento do setor externo à deterioração dos termos de intercâmbio, mas, também, à inflação, atribuída a erros da política monetária e fiscal. Em Campos o Estado deve induzir o desenvolvimento, com o *planejamento parcial*, identificando e investindo em “pontos de estrangulamento” e de “germinação”, o que desencadearia efeitos dinâmicos sobre toda a economia (CAMPOS, 1963). O investimento estrangeiro deveria ser em atividades de longa maturação e baixa rentabilidade, como a infra-estrutura e as indústrias, estratégicas para os nacionalistas. Campos minimiza seu impacto sobre o setor externo, pelos efeitos que acarreta sobre o conjunto da atividade produtiva. Por fim, rejeita alterações na estrutura de distribuição de

renda, por incompatíveis com a etapa em que se encontrava o desenvolvimento brasileiro (BIELSCHOWSKY, 2000)

Sob a ditadura militar ocorre a convergência definitiva entre desenvolvimento e “autoritarismo instrumental”. O crescimento econômico acelera-se, através do Estado, do capital estrangeiro e do aprofundamento da concentração de renda, especialmente através da contenção dos salários. Todavia, seus críticos, inicialmente, ainda enfatizavam os limites estruturais para a continuidade da acumulação industrial, pela insuficiência da demanda, atribuída à evasão de recursos decorrente da dependência, à concentração de renda e ao arcaísmo da estrutura agrária⁴. Por seu turno, ganhava destaque a crítica às concepções cepalinas, particularmente da perspectiva dualista que a informava, através do trabalho de Francisco de Oliveira (1981), que via funcionalidade na presença de formas econômicas “atrasadas” para o desenvolvimento capitalista⁵. No âmbito da “teoria da dependência”, Cardoso & Falleto (1979) percebiam diferentes vias de desenvolvimento nas economias latino-americanas, derivadas das diversas modalidades de inserção externa da produção colonial e das coalizões que se forjam no Estado nos momentos posteriores da trajetória de um capitalismo “dependente” e, a partir da década de 1950, “associado”. O debate sobre o “modelo brasileiro” centra-se, desde então, na crítica à concentração de renda, à desnacionalização e ao agravamento das contas externas⁶. Dentre seus defensores, destaca-se a correlação entre a estabilidade política e o desenvolvimento, ou a “teoria do crescimento do bolo” que, tal como Roberto Simonsen em 1928, sugeria o adiamento da redistribuição para depois da consolidação da produção industrial no país (CAMPOS & SIMONSEN, 1974)⁷.

A década de 1980 chegou a ser apontada como o momento de “colapso” do desenvolvimentismo. Abre-se um longo período de esvaziamento da reflexão sobre o desenvolvimento, subsumida em temas como a estabilização econômica – prevaiente até o final da década de 1990 – e a retomada do crescimento econômico – que se fortalece na primeira década do século em curso. As dificuldades fiscais do Estado brasileiro e o agravamento do balanço de pagamentos reduzem, nos anos 80, o impulso da industrialização induzida pelo setor público e pelo endividamento externo (PEREIRA, 1992). O país vive o que Eli Diniz (1997) denominou uma “crise de refundação”, aflorando temas negligenciados na trajetória de crescimento quase ininterrupto dos últimos 50 anos. Reforma do Estado,

⁴ São de origens variadas as formulações que enfatizam a existência de um subconsumo estrutural das economias latino-americanas. Conferir, dentre outros, Marini (1972) e Furtado (1972).

⁵ José Serra (1982) fez a crítica mais relevante às percepções que via na crise dos anos 60 um limite estrutural ao capitalismo brasileiro, caracterizando-a como uma crise cíclica.

⁶ Conferir, dentre outros, Tavares (1975) e Singer (1975).

⁷ A *teoria do crescimento do bolo* refere-se a expressão utilizada por Delfim Neto.

consolidação da democracia, resgate da “dívida social” ganham destaque na “imaginação social brasileira”, refletindo o protagonismo de diferentes atores sociais numa sociedade civil reativada após duas décadas de ditadura. Na reflexão estritamente econômica, a inflação acelerada desloca o debate intelectual para interpretações diversas sobre a origem do fenômeno e para a disputa entre as proposições ortodoxas ou heterodoxas de estabilização ⁸.

Se for possível identificar, na década de 1980, um debate sobre o desenvolvimento brasileiro, ele desdobra-se, de forma difusa, em percepções não articuladas, ao contrário do “ciclo econômico do desenvolvimentismo”. De um lado, proposições que enfatizavam a exigência de estabilização econômica, de abertura do mercado interno, de reorientação da economia para as exportações, de reforma do Estado – através da redução dos gastos de custeio, das privatizações e da eliminação das formas corporativas de intermediação de interesses. De outro, percepções que sugeriam a suspensão do pagamento da dívida externa, ao lado da adoção de políticas redistributivas e de políticas sociais universalistas, para consolidação de um mercado interno de massas. Tal perspectiva não negava a necessidade da estabilização econômica e da reforma do Estado, mas a compreendia noutra chave, que não a gerencialista, ao destacar, de forma ambígua, a importância de sua “desprivatização” do Estado, por via do fortalecimento de sua dimensão weberiana e do aprofundamento da democracia (DELGADO, 2001:213-235).

Na década seguinte, prevalece claramente a primeira perspectiva, com a “nova política econômica”(DEDECCA, 1997), emanada das agências multilaterais. Sob Collor, a estratégia de choque no combate à inflação é associada à redução brusca da proteção ao mercado interno, à aceleração das privatizações e à redução dos efetivos do Estado. Todavia, aparecem, também, medidas de apoio à inovação tecnológica das empresas e, em meio à agonia do plano de estabilização, afirmam-se as **câmaras setoriais**. Para os arautos da nova ordem estas são vistas como veículos à orquestração de conluios redistributivos, que deformariam o mercado. Para os críticos da nova ordem, uma oportunidade para ampliação da intermediação corporativa. (DINIZ, 1997). Sob o governo Itamar Franco, mantida a perspectiva neoliberal, reduz-se o ritmo das privatizações, inverte-se o rumo no tratamento dado aos funcionários públicos e inicia-se o Plano Real (DELGADO, 2001).

No primeiro governo FHC há um esforço de implementação abrangente do receituário neoliberal, com o anúncio de das “reformas estruturais”, na área previdenciária, tributária, administrativa e trabalhista. Imaginava-se que tais medidas, a abertura econômica, a paridade

⁸ A interpretação *inercialista* da inflação brasileira é, principalmente, de Arida & Rezende (1985), ao passo que Tavares & Belluzzo (1985) fazem uma interpretação keynesiana. Para uma síntese ver Presser (2001).

cambial entre o real e o dólar, a desregulamentação econômica e as privatizações, assegurariam um círculo virtuoso de crescimento, com a atração do investimento estrangeiro direto, a elevação da competitividade das empresas e a conversão do Estado à condição de instituição reguladora, mitigando os papéis que exercera no desenvolvimentismo (DELGADO, 2001).

No segundo governo FHC esta perspectiva é matizada. A implementação das reformas estruturais encontra obstáculos políticos e a vulnerabilidade externa conduz à mudança na política cambial, com a adoção do câmbio flutuante. Perde força o entendimento de que a exposição das empresas à concorrência externa bastaria para elevar sua competitividade (DELGADO, 2005). Os Fundos Setoriais, os Fóruns de Competitividade e o projeto de lei sobre inovação tecnológica indicam que a inovação não seria buscada através apenas de estímulos de mercado, exigindo um aparato institucional orientado para seu alcance.

O governo Lula manteve a orientação ortodoxa na condução da política monetária, a flutuação cambial e anunciou a retomada das reformas estruturais inconclusas sob o governo anterior. Grande novidade é a reabilitação da idéia de política industrial e da indução estatal do desenvolvimento, bem como a retomada de formas neocorporativas de intermediação de interesses. (DELGADO, 2005).

As percepções que têm rivalizado no debate brasileiro sobre o desenvolvimento nos últimos anos compartilham de um relativo acordo sobre a necessidade de maior inserção da economia brasileira no mercado internacional. São diversas no entendimento das medidas capazes de induzir a níveis mais elevados de competitividade das empresas, opondo os que compreendem a inovação como um processo endógeno, que exige **sistema nacional de inovações**⁹, aos que a têm como uma variável exógena, determinada pelos sinais do mercado e pela atração de investimentos diretos externos¹⁰. Evidencia-se, por outro lado, uma sintomática reserva nas críticas à ortodoxia monetária - diametralmente oposta à estridência do debate público sobre o tema - confinadas a propostas relativas à calibragem da política cambial e fiscal, ou a sugestões de redução dos gastos de custeio do Estado, para diminuição da taxa de juros e elevação dos investimentos públicos. Perderam notoriedade na cena política e acadêmica proposições alternativas como a suspensão do pagamento da dívida brasileira e a elevação dos níveis de proteção do mercado interno.

Construir uma economia dotada de capacidade endógena de inovação não era uma perspectiva ausente do desenvolvimentismo clássico (FURTADO, 1979) e de diferentes

⁹ Ver Coutinho & Ferraz (1994).

¹⁰ A exemplo de Fritsch & Franco (1990).

governos. Basta ver, no Brasil, a criação de um sistema universitário público e diversas iniciativas de laboratórios e empresas estatais. Não se desfez, entretanto, o hiato entre o sistema de ciência e tecnologia e a indústria. Até a década de 1980, isto não impediu que o país internalizasse as atividades industriais típicas do fordismo, importando tecnologia e incorporando as multinacionais ao espaço econômico brasileiro. A abertura da economia brasileira nos anos 90 desencadeou a reestruturação das empresas, através de medidas gerenciais e da incorporação seletiva de novos equipamentos, lhes permitindo “lançar em mercado o que estava sendo demandado na onda da abertura” (CASTRO, 2002, 271), sem alterar sua reduzida capacidade inovativa. O peso das multinacionais no espaço econômico brasileiro, incorporadas sem exigência de contrapartidas tecnológicas, o acesso fácil e desregulado às tecnologias importadas, os hábitos imitativos de *consumo*, da lógica substitutiva, de que falava Celso Furtado, mitigam, mais uma vez, o comportamento inovador. Nesta toada, há quem defenda nossa especialização em produtos que evidenciam *vantagens comparativas*, abrindo mão dos objetivos de emparelhamento e superação em setores mais dinâmicos (PINHEIRO, PESSÔA & SCHYMURA, 2006). A proposta de elevação da capacidade de investimento do Estado na infra-estrutura – via corte de gastos de custeio – revela, por seu turno, como é resistente o apego a um padrão de política com pequeno impacto nas iniciativas de inovação. É, de novo, o Estado *puxando* o crescimento econômico, sem inversões capazes de estimular a capacidade inovativa das empresas

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), em andamento colocou em seu centro a inovação tecnológica, apontou os setores contemplados na busca de emparelhamento e as atividades *portadoras de futuro*, sinalizando para o aproveitamento de janelas de oportunidade na ocorrência de mudanças no atual paradigma tecnológico (DELGADO, 2005; SUZIGAN & FURTADO, 2005). Restaurou, também, a articulação entre o Estado e o empresariado, com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, criando órgãos para formulação de iniciativas, como a Agência Brasileira para o Desenvolvimento Industrial. Na versão de 2008 - a *Política de Desenvolvimento Produtivo*, a elevação da capacidade de inovação das empresas permanece uma meta central, são definidos mecanismos de coordenação e monitoramento, medidas de desoneração e, de investimento, além da indicação de que serão buscadas “contrapartidas do setor privado e contratualização de responsabilidade” (BRASIL - MDICE, 2008, 33). É uma alteração importante no padrão de política industrial e de inovação tecnológica do país. Medidas de desoneração e crédito baixo para inovação, quando não vinculadas à exigência de *contrapartidas* das empresas, freqüentemente deixam de alcançar seus objetivos. O sucesso das iniciativas recentes, por seu

turno, vai depender de medidas para recuperação e aprofundamento da capacidade de coordenação e *enforcement* do Estado brasileiro, que, se já eram reduzidas, foram fortemente atingidas na década de 1990.

Referências

- ARIDA, P. & REZENDE, A. L. *Inertial inflation and monetary reform in Brazil*. In: WILLIANSO, J. (org). Inflation and indexation: Argentina, Brazil and Israel. Boston: MIT Press, 1985.
- BIELSCHOWSKY, R. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BRASIL - MDICE, ABDI, MF, BNDES. Política de Desenvolvimento Produtivo. Brasília: MDIC, 2008.
- BRASIL - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Indicadores. 2008. <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/7969.html> . Acesso em 31/03/2008.
- CAMPOS, R. & SIMONSEN, R. A Nova Economia Brasileira, RJ: Livraria José Olympio, 1974.
- CAMPOS, R. Economia, Planejamento e nacionalismo. Rio de Janeiro: Apec, 1963.
- CARDOSO, F. H. e FALLETO, E. CARDOSO, F.H. & FALLETO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CASTRO, A. B. “ A Rica fauna da Política Industrial e a sua Nova Fronteira”. In: Revista Brasileira de Inovação.2002. Vol. 1. Nº 2.
- COUTINHO. L. e FERAZ, J. C. (coord) Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira. Campinas,: Papyrus/Editora da UNICAMP, 1994.
- DEAN, W. A industrialização de São Paulo (1880-1945). São Paulo: DIFEL, S.D.
- DEDECCA. C. S. “Brasil e México : racionalização econômica e emprego”, Cadernos do CESIT. Campinas: UNICAMP, Março, 1997.
- DELGADO, I. Empresariado e política industrial no governo Lula. In: PAULA, João Antônio (Org.). Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- DELGADO, I. G. Previdência Social e Mercado no Brasil. São Paulo: LTr, 2001.
- DINIZ, Eli. Crise, Reforma do Estado e Governabilidade, Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.
- FERNANDES, F. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIGUEIREDO, A. C.. Democracia ou Reformas? Alternativas à crise política: 1961-1964, São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- FRITSCH, W. & FRANCO, G. Política Industrial, competitividade e industrialização: aspectos da experiência brasileira recente. In: Planejamento e Políticas Públicas, Nº 3, 1990, pp. 75-100.
- FURTADO, C. Análise do “modelo” brasileiro, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1975.
- FURTADO, C. Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico. 7ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.
- FURTADO, J. “O Comportamento Inovador das Empresas Industriais Brasileiras”. Estudos e Pesquisas.Nº 88. Rio de Janeiro: INAE, 2004.
- LEME, M. S. A ideologia dos industriais brasileiros (1819-1945). Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEME, M. S. A ideologia dos industriais brasileiros (1819-1945). Petrópolis: Vozes, 1978.

- MARINI, R. M. Dialéctica de la dependência: la economia exportadora, Buenos Aires: Editorial Anteo, 1972.
- MELO, M. A. B. C. Interesses, Atores, e a Construção da Agenda Social do estado no Brasil In: ANPOCS, Ciências Sociais Hoje. São Paulo: Vértice, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. Petrópolis: Vozes, 1981.
- PEREIRA, L. C. B. A Crise do Estado, São Paulo, Nobel, 1992.
- PINHEIRO, M.C., PESSÔA, S. SCHYMURA, L. (2006) *O Brasil Precisa de Política Industrial? De que Tipo?* In: Ensaio Econômico. Nº 627. Rio de Janeiro: FGV.
- PREBISCH, R. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais*. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org) Cinquenta Anos de Pensamento Econômico na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- PRESSER, M. F. *Eclétismos em dissenso*. In: Estudos Avançados, São Paulo: USP, Jan/abr., Nº 41, 2001, pp. 49-66.
- REIS, D. A. *Ditadura e Sociedade: as reconstruções da memória*. In: IFCS/UFRJ, ICHF/UFF, FGV SEMINÁRIO 40 Anos do Golpe de 1964. Rio Janeiro: 7 Letras, 2004.
- SANTOS, V.G. Ordem Burguesa e Liberalismo Político, São Paulo, Duas Cidades, 1970.
- SERRA, José. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra”. In: Revista de Economia Política, Vol 2/2, Nº 6, abril-junho, 1982.
- SIMONSEN, R. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.
- SINGER, Paul. A Crise do Milagre, São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- SUZIGAN, W. e FURTADO, J *Política Industrial e Desenvolvimento*, in, PAULA, J. A. Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula, BH, Autêntica, 2005.
- TAVARES, M. C & BELLUZZO, L. G. *As Ilusões da inflação*. In: Senhor. Nº 206. Fev. 1985.
- TAVARES, M. C. *Distribuição de renda, Acumulação e Padrões de Industrialização*. In: A Controvérsia sobre Distribuição de Renda e Desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.